CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO RURAL NAS MICRORREGIÕES DE JUIZ DE FORA E BARBACENA

Hélio Beiroz Imbrosio da Silva[1]
Ana Carla Barbosa Viveiros[2]

Objetivos e Introdução

O trabalho visa analisar as características do espaço rural nas microrregiões de Juiz de Fora e Barbacena, ambas localizadas no estado de Minas Gerais – Brasil, dentro do contexto do atual processo de modernização e re-dinamização que vêm afetando o campo brasileiro, em especial áreas de ambientes agrários já consolidados. Assim, várias tendências devem ser consideradas, como as tendências a pluriatividade, a integração com a indústria, ao desenvolvimento sustentável, e outras tendências tratadas ao longo do trabalho. Para identificar mais profundamente as relações entre essas tendências dentro de processos de modernização e re-dinamização diferenciados, optamos por realizar dois estudos de caso em dois municípios. Lima Duarte e Carandaí pertencem às microrregiões de Juiz de Fora e Barbacena, respectivamente e servem como exemplos de dois processos diferentes característicos de cada uma dessas microrregiões. Assim, com a caracterização ao nível de microrregião e ao nível de município, buscamos compreender e demonstrar esses dois processos diferenciados, que se inserem, com suas particularidades, dentro do processo que vem afetando o meio rural brasileiro nas últimas décadas.

Referencial Teórico

Segundo Milton Santos, o espaço reflete a história dos processos produtivos que nele se imprimem pela sociedade. As paisagens atuais são o resultado de um processo cumulativo de tempos e técnicas diferentes que se conjugam nos lugares (Santos, 1985). Para Santos:

> *"Tudo aquilo que nós vemos, que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como domínio do visível, aquilo que a vista abarca [...]. A paisagem não se cria de uma vez, mas por acréscimo, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos".*

[1] hbeiroz@yahoo.com.br Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – CCMN
Departamento de Geografia
[2] anacarlageo@ig.com.br

(Santos, 1991, p. 61)

Assim, podemos perceber que vários eventos atuam para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola a partir de 1965: a consolidação do parque industrial, instaurações de um estilo de desenvolvimento visando a "modernização conservadora" aumento do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internalização do pacote tecnológico da "Revolução verde".

Para Brum (1988), a "revolução verde" foi um programa que tinha como objetivo contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola, através de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas as condições dos diferentes solos, climas e resistentes a doenças e pragas. Além disso, a contribuição também se daria pela descoberta de técnicas agrícolas mais modernas e eficientes.

O principal instrumento utilizado para difundir a industrialização do campo foi o crédito agrícola subsidiado pelo Estado, que atuou como catalisador dessa industrialização, porém, essa industrialização deu-se de forma seletiva e excludente favorecendo determinados produtos, produtores e regiões.

A entrada do pacote tecnológico, associado ao às práticas de valorização especulativa da terra, funcionou para atuar na concentração da propriedade, afetando também as relações no campo.

Nesse momento, surgem novas formas de organização que funcionam como estratégia de resistência do pequeno produtor familiar frente às exigências desse sistema regido por padrões de consumo e de mercado.

De acordo com o relatório da FAO/ INCRA (1996) para ser considerado agricultor familiar é necessário apresentar três características:

- A gerência da propriedade é realizada pela família;
- A maior parcela do trabalho é fornecida pelos membros do grupo familiar;
- A propriedade dos meios produção (às vezes com exceção da terra) pertence à família.

Para o pequeno produtor resistir frente a esse mercado cada vez mais competitivo, são necessárias novas formas de organização.

A expressão agricultura em tempo parcial foi utilizada por economistas americanos, na década de 1930, para caracterizar os agricultores que realizam atividades fora de sua propriedade, visando completar a renda familiar.

A Pluriatividade é uma atribuição dada aos técnicos e organismos franceses, nos anos 1960, para caracterizar as propriedades que desempenham múltiplas atividades produtivas (Scheider, 1999).

Na esfera capitalista a pluriatividade é necessária para compensar as perdas ocasionadas na esfera do autoconsumo e na pequena produção familiar a pluriatividade é muito utilizada para o autoconsumo na base familiar.

A agricultura torna-se uma atividade cara, à medida que se industrializa e utiliza insumos adquiridos em setores não agrícolas, cujo preço repercute diretamente no custo da produção, elevando as despesas e afetando a rentabilidade do produtor (Graziano, 1981).

De acordo com Simonis (1990), o estilo de vida ocidental da sociedade industrial deveria reconsiderar o desperdício que caracteriza seus próprios padrões de consumo e utilização dos recursos, onde a natureza é depredada, consumida, manuseada como uma despensa da qual o homem pode retirar continuamente, seus alimentos, matérias-primas e fontes de energia.

Segundo Carneiro (1997), as mudanças ocorridas em relação ao consumo de alimentos e estilo de vida da sociedade pós-industrial transformaram o uso do espaço. Os espaços rurais não exercem apenas a função de produzir alimentos, os agricultores procuram combinar a agricultura com outras fontes de rendimentos, pois enfrentam dificuldades econômicas por ausência e políticas agrícolas no país e liberação de mão-de-obra agrícola, como resultado do uso cada vez mais acentuado de máquinas nos cultivos modernos.

Atividades como a criação de animais silvestres, cultivos de ervas medicinais, horticultura diversificada, agricultura orgânica, a floricultura com novas variedades, a piscicultura, o turismo rural, a fazenda hotel, leilões, exposições, festas dentre outras são exemplos de atividades agrícolas e não agrícolas.

Através da modernização do campo, a dinâmica industrial passa a controlar a dinâmica da agricultura, pois com o aprofundamento da divisão do trabalho, a agricultura converteu-se num ramo de produção industrial que compra insumos agrícolas e vende matéria-prima para outros ramos industriais. Devido essas transformações ocorrem mudanças na relação do homem, no sentido em que o homem é substituído pela máquina e já não existe mais necessidade de tê-lo fixo na propriedade.

Quando os defensores desse sistema são questionados com argumentos relacionados às conseqüências sociais, como o êxodo rural, utilizam-se, por sua vez, do argumento de que a urbanização e a atração das cidades são conseqüências naturais e inevitáveis do processo de modernização do campo.

> *"Não podemos ir contra o que deu certo. No mundo inteiro é a diminuição população da população do campo, o aumento da tecnologia, da produtividade e o aumento da renda. Mecanização da agricultura com pouca gente no campo. Nos Estados Unidos, chegou-se a proporção de 4% da população no campo."*
>
> (Caiado, 1987)

A presença da agroindústria, originada na "Revolução verde", se constitui, geralmente, por duas motivações:

- Aproveitar o excedente que o produtor não consegue colocar no mercado, seja por não atender aos padrões de comercialização ou por problemas de qualidade, aos quais o produtor pretende fornecer destino econômico;

- Para agregar valores aos produtos, quando as conjunturas de preço são desfavoráveis para a produção agrícola.

Os pequenos produtores enfrentam grande dificuldade em relação ao mercado que exige preços competitivos e produtos de alta qualidade, esses padrões criam condições para a presença das agroindústrias.

Segundo Mioren (2001), é preciso investimentos "diretos e vigorosos" na busca de melhoria da infra-estrutura, novas oportunidades, preços, canais de distribuição e estratégia de comercialização para produtos *in natura* e transformados.

Devemos, então, ver a agricultura não apenas relacionada à escala de produção, pois assim contribuímos para a idéia de que não há mais lugar para os pequenos produtores. O grande problema dos pequenos produtores é que não basta a terra para produzir, é preciso capital para investir na compra de insumos e equipamentos, acesso ao sistema de crédito e mercado para garantir a produção.

Hoje, os empresários rurais, através das transformações sofridas pela agricultura, tentam passar a idéia de que não há lugar para os pequenos produtores e que "a indústria tornou-se a alavanca rumo ao crescimento, sendo capaz, por si só, de gerar riquezas". (Becker e Egler)

A eficiência não pode estar relacionada apenas aos índices de produção, mas também à produtividade do trabalho. O aumento da produtividade não está relacionado ao aumento da mão-de-obra e sim à área cultivada.

A entrada dos pacotes tecnológicos provocou uma aceleração na degradação ambiental do espaço agrário brasileiro, pois os produtores familiares tiveram que reestruturar suas atividades para se adaptarem às "necessidades" do mercado cada vez mais seletivo, impondo padrões de qualidade.

No Brasil, não existe um controle em relação à entrada dos pacotes tecnológicos, que em sua maioria não são compatíveis com o nosso ecossistema provocando degradação ambiental e afetando a saúde dos trabalhadores rurais.

A "Revolução Verde" induziu a utilização de equipamentos e produtos (fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos pesados de irrigação) que aumentaram a vulnerabilidade dos solos aos processos erosivos, comprometendo a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos e acarretando devastação das florestas, empobrecimento da diversidade genética e contaminação por agrotóxicos dos alimentos consumidos pela população.

Metodologia

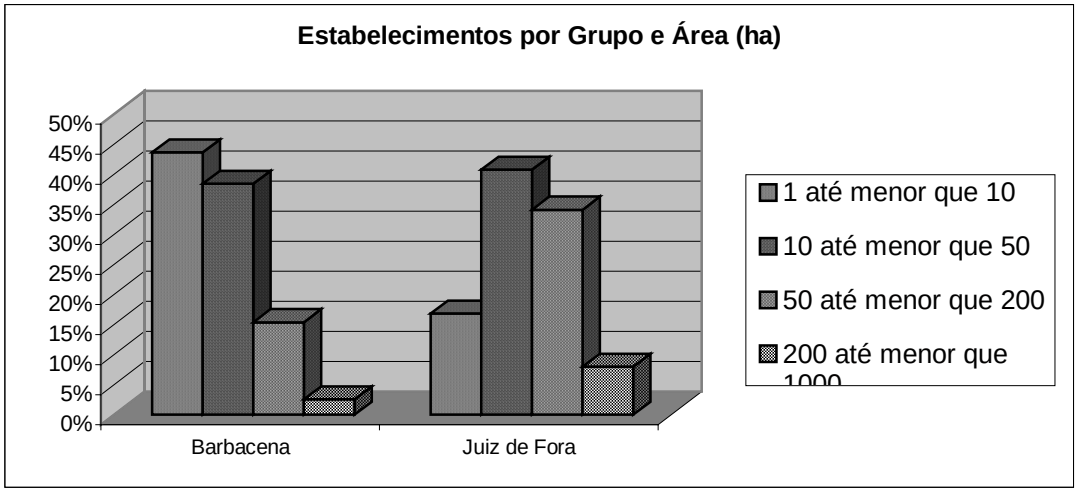
A pesquisa envolveu análise bibliográfica e discussões em equipe, buscando um embasamento teórico sobre as condições do campo em Minas Gerais. Associado ao trabalho de análise bibliográfica, foram utilizados o Censo Agropecuário, do IBGE, e outras publicações, entre elas a Minas Gerais do século XXI, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), para extrair dados secundários.

Realizaram-se estudos de casos nas microrregiões de Juiz de Fora e Barbacena, focalizando os respectivos municípios de Lima Duarte e Carandaí, utilizando-se dos dados secundários, e de trabalhos de campo. Nos trabalhos de campo, focalizou-se as secretarias regionais da EMATER e produtores das regiões, inclusive com a aplicação de questionários qualitativos. Os questionários abordavam o histórico e as características das propriedades, o histórico do proprietário, as atividades na propriedade, a comercialização da produção, as técnicas empregadas na lavoura e na pecuária, acesso a assistência técnica, relações de trabalho, entre outros.

Aspectos do Meio Rural das Microrregiões de Juiz de Fora e Barbacena - Resultados do Trabalho

Tratemos nesse tópico de algumas características dos atuais processos de modernização, re-dinamização e das características sociais do meio rural de cada uma dessas microrregiões. Em primeiro lugar, uma breve análise da estrutura fundiária revela

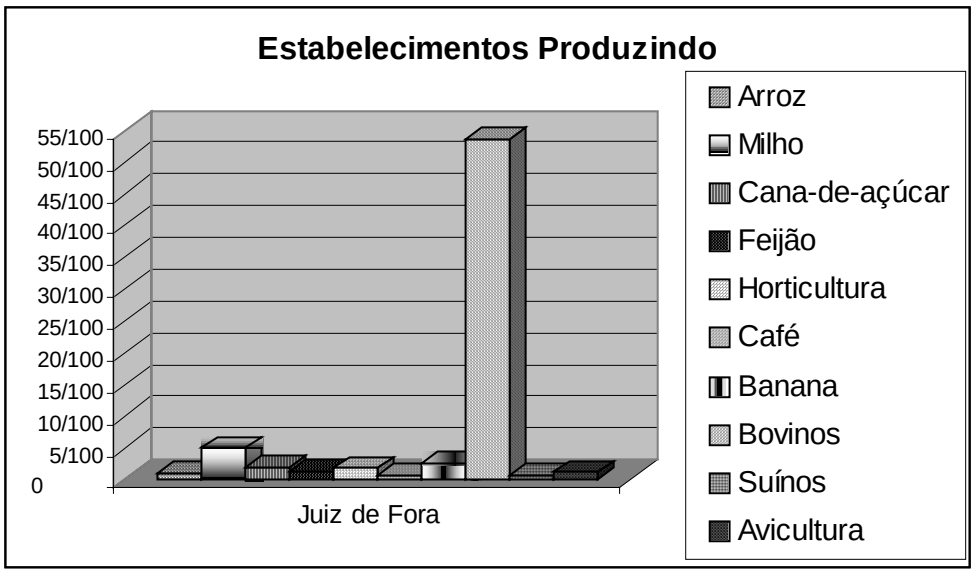
que não há latifúndios nem em Juiz de Fora, nem em Barbacena. A maior parte das propriedades possuem entre 10 e 200 hectares em Juiz de Fora e entre 1 e 50 hectares em Barbacena.



(Gráfico 1: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)

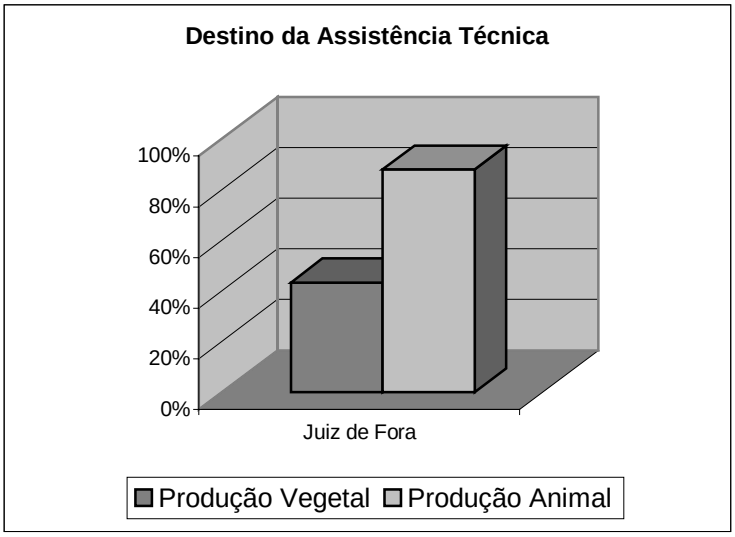
Quanto a Juiz de Fora, a microrregião foi marcada, ao longo da segunda metade do século XX, pela crise do café, assim como, mais ao sul, a região do Vale do Paraíba. Com a crise do café houve a necessidade de se buscar novas alternativas para produzir em uma área que fora, durante décadas, ocupada com a lavoura cafeeira, sofrendo assim os impactos ambientais de tal atividade. A pecuária leiteira foi tida como a alternativa. Investiu-se então na produção de leite e, conseqüentemente em seus derivados, especialmente o queijo. Mais atualmente, da década de 1990 em diante, observa-se a tendência à pluriatividade. Contudo, antes de tratarmos da tendência a pluriatividade na microrregião de Juiz de Fora, vejamos algumas características do seu processo de modernização e do estágio atual de modernização.

Quanto às técnicas empregadas, a pecuária na microrregião de Juiz de Fora apresenta um nível considerável de modernização. A utilização de máquinas para ordenha, aplicação de vacinas, utilização de inseminação artificial, forrageiras e pastagens plantadas com espécies específicas, visando complementar os nutrientes que faltam nas áreas de pastagens naturais. Já na produção agrícola, não se observa uma modernização no mesmo patamar da presente na atividade de pecuária. Para a principal fonte de renda, a pecuária leiteira, é direcionado o maior volume de investimentos, enquanto as outras produções, sejam agrícolas, ou pecuaristas de outra espécie, recebem menos investimentos.. O gráfico 2, abaixo, demonstra a situação no ano 1995. Hoje, a diversificação avançou e é marcante na paisagem e nas produções de cada propriedade.

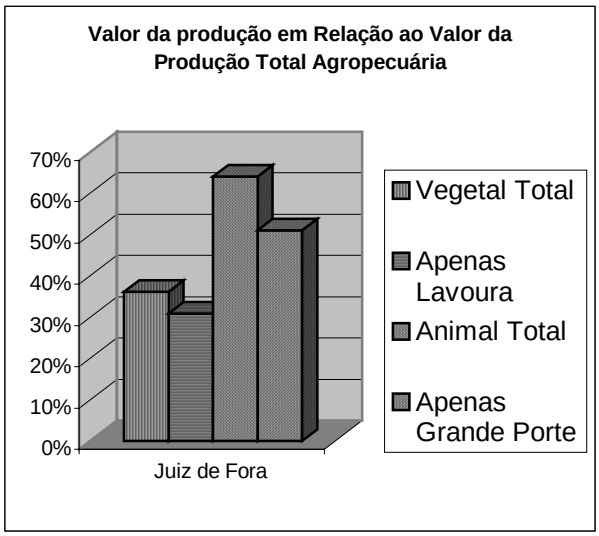


(Gráfico 2: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)

No trabalho de campo, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2003, em Lima Duarte, município pertencente à microrregião de Juiz de Fora, pode-se observar de forma mais detalhada as características descritas acima. O trabalho de campo visou, também, dar uma certa atualização às informações adquiridas através do último censo agropecuário, realizado há quase uma década. O que se observou foi, como esperado, a pecuária leiteira como principal atividade nas propriedades e uma gama de atividades secundárias, indicando o processo de diversificação. Como esperado verificou-se uma diversificação muito superior a dos padrões indicados no Censo Agropecuário de 1995/96. Entre as produções secundárias pode-se citar várias: a produção de eucalipto, a fruticultura, a horticultura, a olericultura, a suinocultura, a avicultura, a produção de milho, de feijão e de cana-de-açúcar, além de outros menos relevantes como a piscicultura. Embora, essas outras produções não apresentam o mesmo nível de modernização e produtividade da pecuária leiteira, como já mencionado,



(Gráfico 3: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)



(Gráfico 4: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)

Em relação ao escoamento da produção, a produção de leite é vendida localmente, pelos próprios produtores, ou vendidas a indústrias de laticínios da região, para, após o processamento industrial, alcançar mercados mais distantes como o de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Há também produtores que optam por produzir laticínios por conta própria, em processos, na maioria dos casos, artesanais. Mas, esses também atingem apenas o mercado local. Já a produção das outras atividades agropecuárias, é utilizada para a subsistência, vendida localmente, ou serve como matéria prima para atividades artesanais, como a produção de doces. Pouco dessa produção é vendida para fora dos distritos, ou municípios das propriedades.

Porém, uma nova tendência foi observada durante o trabalho de campo, a pluriatividade envolvendo atividades não agropecuárias, como pousadas, restaurantes, postos de gasolina, o já mencionado artesanato, entre outros. De acordo com os próprios proprietários as atividades não agropecuárias complementam a renda, que, se baseada apenas na produção agropecuária, é inconstante, mas o que se observou é que, muitas vezes, a renda gerada por essas atividades não agrícolas é maior que a renda gerada pelas atividades agrícolas. Na realidade, essa tendência é maior às margens da rodovia BR-040, que liga os municípios de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, onde a circulação de pessoas, sejam turistas, caminhoneiros, ou outros, propicia um ótimo mercado consumidor para os serviços de pousadas, hotéis, restaurantes, postos de gasolina e lojas de artesanato. A produção agropecuária das propriedades é aproveitada nos restaurantes, hotéis e lojas de artesanato, principalmente leite, queijos, frutas, leguminosas e hortaliças.

Essas atividades tam uma importância não só como geradoras de renda, mas como empregadoras de mão-de-obra permanente. Uma vez que, nas propriedades da região que desenvolvem apenas atividades agropecuárias, a mão-de-obra utilizada nas atividades é familiar, com contratação temporária de mão-de-obra na época da colheita, ou quando a produção de leite supera o estimado. Esse fato é tal que, em 1995, de acordo com o IBGE, 64% do pessoal ocupado corresponde à mão-de-obra familiar. Contudo, para os menores produtores, os lucros obtidos com a lavoura e a produção de leite não são suficientes para a manutenção de um nível de vida aceitável, que lhe confira as necessidades básicas de alimentação, educação e saúde. Nesses casos, um membro da família empregado com um emprego fixo, e de remuneração fixa, representaria uma contribuição essencial para a renda familiar.

Como exemplo da pluriatividade, mas fugindo um pouco dos casos em que ela é necessária para a sobrevivência do produtor, está o caso da Fazenda Penalva. Uma propriedade de produções diversificadas, com ênfase na avicultura e suinocultura, com alto índice de mecanização, utilização de técnicas modernas e rigoroso controle sanitário. Além dessas produções, ela apresenta plantações de eucalipto e café orgânico, completando as atividades agropecuárias. Porém, na mesma propriedade, à beira da estrada, há um restaurante e um posto de gasolina, de propriedade do mesmo dono. Parte da produção pecuária é utilizada no restaurante, mas o porte, tanto das produções agropecuárias, quanto das não agropecuárias deixam claro que elas se sustentariam sem necessitar umas das outras. A Penalva serve como geradora de postos de trabalho, inclusive de mão-de-obra qualificada, para trabalhar na produção avícola e suína, no restaurante e no posto de gasolina. A Fazenda Penalva é uma das principais fornecedores de frango para uma crescente indústria de frango em Barbacena.

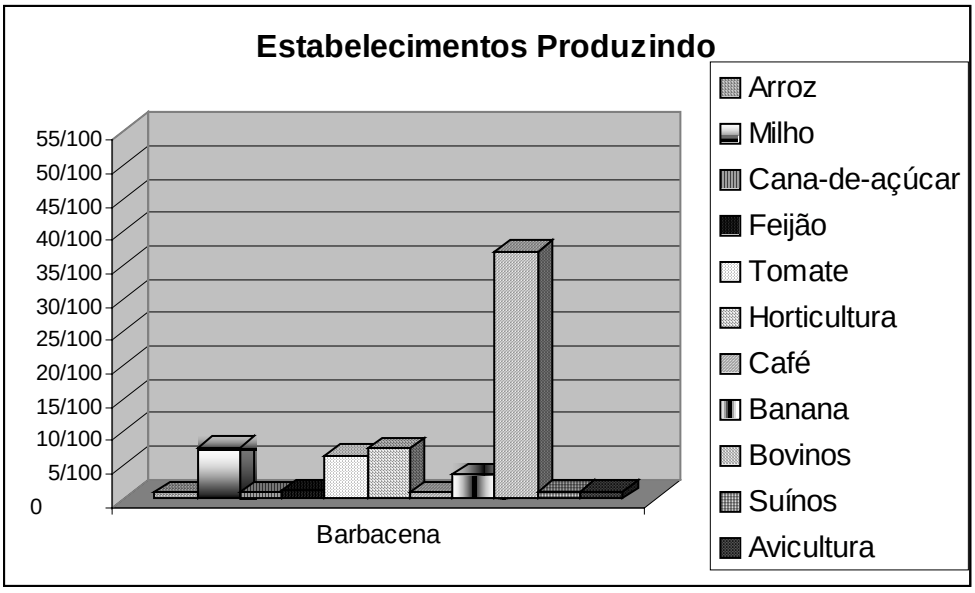
Além desses processos e aspectos, relacionados à microrregião de Juiz de Fora e, especialmente ao município de Lima Duarte, dois aspectos comuns tanto à microrregião de Juiz de Fora, quanto a Barbacena foram identificados. Um deles, a produção de eucalipto, o outro um processo de fragmentação das propriedades. Em relação à produção de eucalipto, ela se justifica pela multiplicidade dos usos da madeira, que pode ser usada, na construção civil, fabricação de móveis, como lenha, ou na produção de carvão vegetal, para aquecer as fornalhas das indústrias metalúrgicas e siderúrgicas da Zona Metalúrgica. O eucalipto leva apenas de 6 a 10 anos para estar pronto para o corte e pode ser cortado várias vezes antes de necessitar ser replantado. Além disso, é uma árvore resistente e que se adapta bem mesmo em solos pobres, ou já desgastados pela agricultura.

Já a questão da fragmentação das propriedades se dá, principalmente pela divisão da propriedade original entre herdeiros. Na maioria dos casos não chega a ser um problema, pois, os herdeiros continuam produzindo como se ainda formassem uma única

propriedade, na maioria dos casos. Porém, há exceções, em que os proprietários passam a ter problemas devido à diminuição do tamanho de suas terras cultiváveis, ou as terras produtivas concentram-se nas mãos de apenas um dos herdeiros, por exemplo. Além disso, o fato de haver várias propriedades diferentes, porém sob o poder de uma mesma família, pode disfarçar o que, na prática, funcionaria como uma propriedade maior única. Contudo, mesmo somando-se as áreas dessas propriedades, não se extravasaria o padrão da estrutura fundiária dessas microrregiões.

Antes de passar aos aspectos do campo na microrregião Barbacena, deve-se observar que a condição dos produtores em ambas as microrregiões é semelhante. A grande maioria dos produtores é o proprietário das terras onde produzem. Em Barbacena observaram-se algumas situações em que os produtores eram meeiros, mas, sem relevância quantitativa em relação ao total.

Agora analisaremos o meio rural da microrregião de Barbacena. A microrregião de Barbacena sofreu influências também da cafeicultura, assim como a microrregião de Juiz de Fora, sua vizinha ao sul e também foi marcada pela pecuária leiteira. Contudo, a diversificação que vem afetando a microrregião de Juiz de Fora, acabou por despertar vocações como a olericultura, horticultura, avicultura e a floricultura na microrregião de Barbacena. Já em 1995 essa tendência a atividades diferentes da pecuária começava a ser relevante.

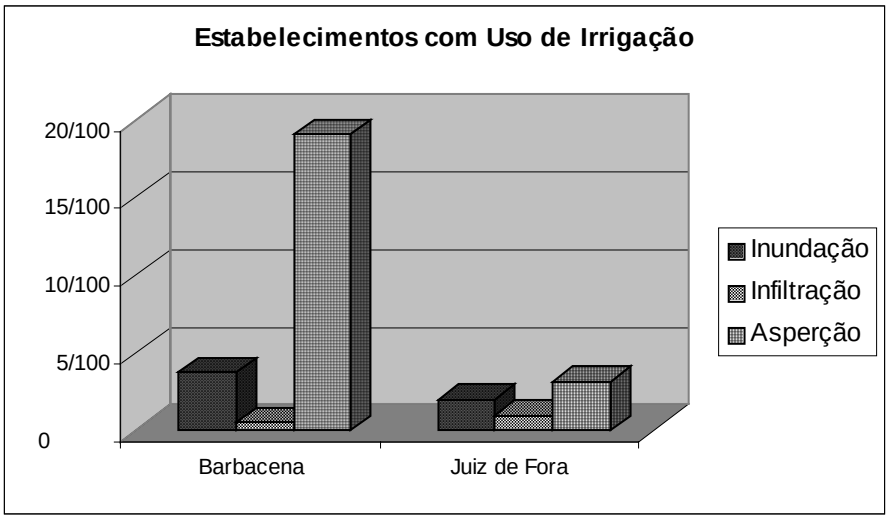


(Gráfico 5: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)

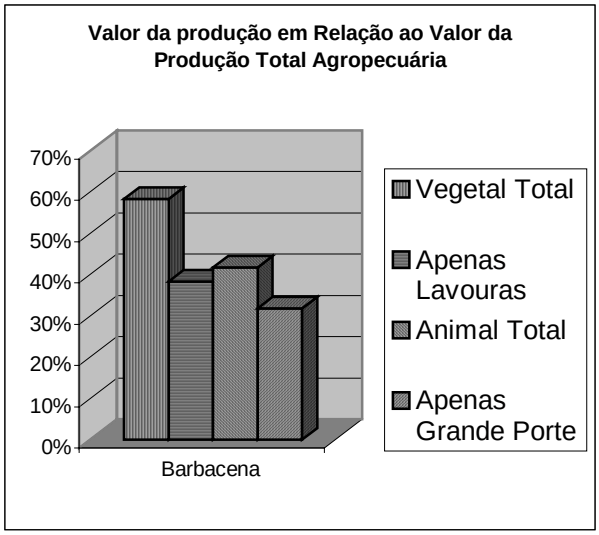
O gráfico acima se refere à situação da microrregião no ano de 1995 e representa toda a microrregião. Mesmo assim, já é relevante a quantidade de estabelecimentos produzindo horticultura, milho e tomates, além de ser menor a quantidade de

estabelecimentos com produção de pecuária bovina, em relação à microrregião de Juiz de Fora. Mas, esse gráfico apenas serve para demonstrar o que se pode considerar o início de uma nova etapa no processo de re-dinamização da microrregião, na qual ela abandona a estrutura direcionada exclusivamente à pecuária leiteira e inicia um processo de diversificação. A exemplo que pode ilustrar melhor esse fato é o da empresa Frangobom (Nogueira Rivelli), uma indústria avícola, no município de Barbacena, que vem crescendo, especialmente nos últimos dois anos, na área de processamento de carne de frango e já exporta seus produtos há cerca de um ano. A empresa e seus integrados somam cerca de 3 milhões de aves alojadas, distribuídas por 56 produtores integrados e as propriedades da própria empresa. Os produtores integrados estão espalhados pelos municípios próximos, inclusive Lima Duarte, na microrregião de Juiz de Fora (Fazenda Penalva).

No trabalho de campo realizado nos dias 18 a 23 de outubro de 2004, em Carandaí, município pertencente à microrregião de Barbacena, identificou-se um processo bastante diferente do ocorrido em Lima Duarte, mas também caracterizado por um nível de diversificação. Em Carandaí as principais fontes de renda no campo são as produções da olericultura e horticultura, realizadas com o uso de insumos e técnicas modernas, como, por exemplo, a irrigação por pivô central. Os maiores produtores da região vêm trocando a irrigação por aspersão pelo pivô central e aqueles que já o possuem vêm ampliando sua extensão. De forma que entre os médios e pequenos produtores prevalece ainda a irrigação por aspersão.



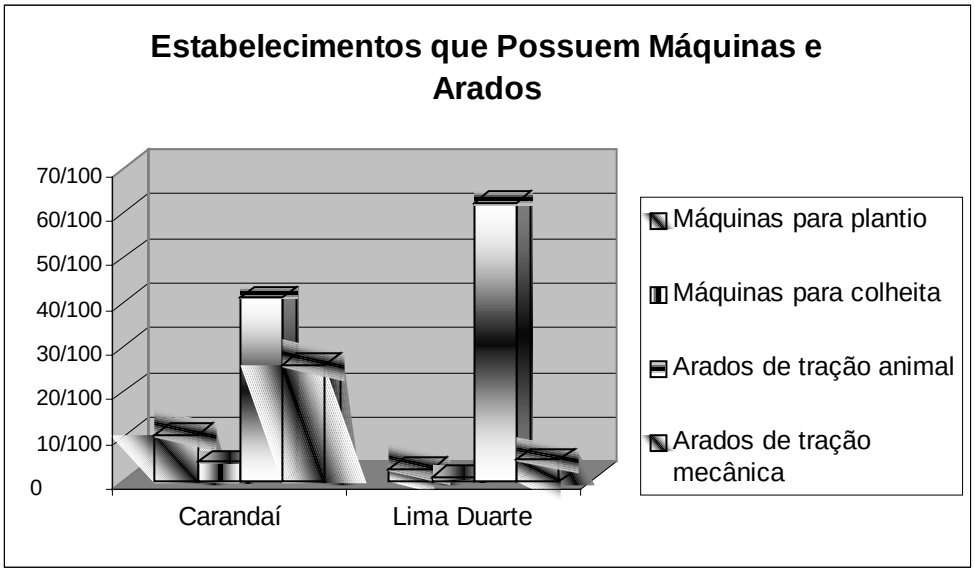
(Gráfico 6: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)



(Gráfico 7: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)

Além disso, a produção de Carandaí alcança mercados consumidores além dos mercados locais, chegando a Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Mas, além de abastecer os CEASAs de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, abastece também CEASAs locais. Contudo, a produção da pecuária leiteira no município de carandaí é bastante limitada, e, de uma forma geral, atende apenas as necessidades de subsistência do próprio produtor, sendo que a grande maioria nem mesmo dispõe de infra-estrutura de armazenamento de leite para comercialização. Porém, a maioria dos produtores possui um número pequeno de cabeças de gado para o próprio consumo familiar de leite.

A produção da olericultura e horticultura são, além das principais fontes de renda, as principais empregadoras de mão-de-obra fixa e temporária no campo do município de Carandaí. As produções, mesmo mecanizadas, com tratores, arados, máquinas para plantio e colheita e máquinas para limpeza (preparando para o empacotamento), ainda empregam um número considerável de mão-de-obra permanente seja ela para embalar a produção, preparando para o transporte, seja para operar máquinas, ou mesmo na colheita de produtos mais delicados, ou nos quais a adaptação do maquinário existente teria um custo elevado. E, ainda assim, é comum a contratação de mão-de-obra temporária na época de colheita.



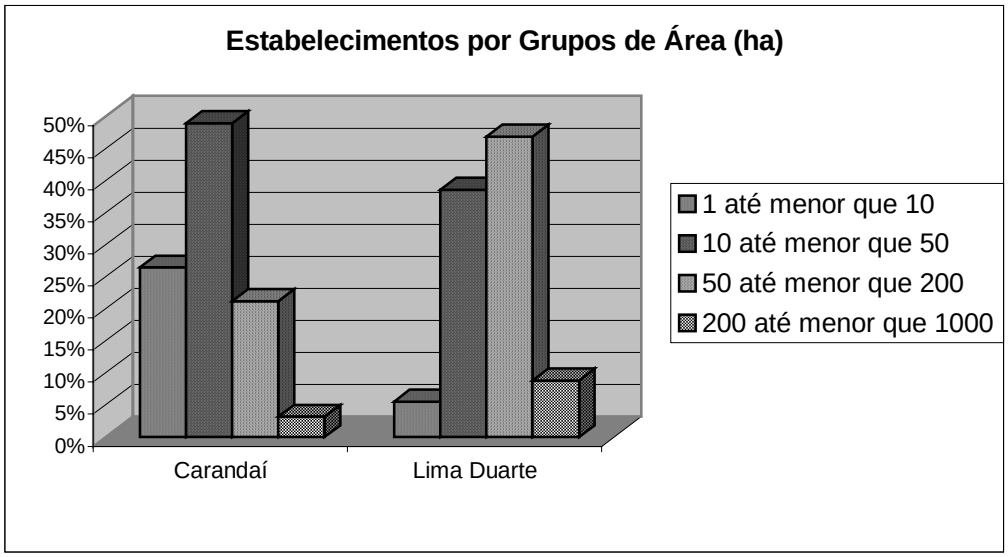
(Gráfico 8: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)

No caso do parágrafo acima, estamos falando dos grandes produtores de Carandaí, os médios utilizam principalmente mão-de-obra familiar e, na época de colheita, temporária. Apresentam também um certo grau de mecanização, os médios produtores, com bombas para a irrigação de aspersão, alugando tratores para arar suas terras, mas nada muito além disso. Produzem os mesmos produtos que os grandes produtores, porém com menor produtividade. Já os pequenos produtores dividem-se entre aplicar sua mão-de-obra familiar em suas propriedades e trabalhar como mão-de-obra temporária na propriedade dos grandes produtores. É comum, em Carandaí um membro, ou mais, de uma família de pequenos produtores ser empregado de um produtor maior. O cultivo de subsistência e de mudas de eucalipto, vendidas aos grandes produtores, são as atividades desenvolvidas por esses pequenos produtores, em geral, localizados afastados das estradas principais.

Em Carandaí a pluriatividade se dá, principalmente, entre gêneros agrícolas, algumas vezes envolvendo a pecuária, mas sem envolver atividades não agropecuárias. A diversificação ocorre entre atividades de olericultura, horticultura, plantações de eucalipto, de milho, de feijão. Sendo que nas produções de olericultura e horticultura vários produtos são encontrados, como cenoura, beterraba, repolho, alface, tomate, batata inglesa, batata doce, entre outros. Dentre as não relacionadas a olericultura e a horticultura, destaca-se o milho, sendo utilizado no processo de rotação de culturas, como ração para os animais da própria propriedade e vendido para avicultores dos municípios vizinhos.

A estrutura fundiária não se difere muito da de Lima Duarte, exceto por um maior número de produtores na faixa entre 1 e 10 hectares. E, assim como em Lima Duarte, não há uma cooperativa formada e as associações, ou estão falidas, ou não são atuantes.

Contudo, uma prática em Carandaí deve ser mencionada: “a troca de dias”. Como os próprios produtores a chamam, a troca de dias consiste em um produtor e sua família auxiliarem na colheita de outro produtor, esse, tendo sido auxiliado, auxiliaria o primeiro na época de sua colheita. Dessa forma, evita-se o custo da contratação da mão-de-obra temporária, tem-se a colheita realizada e estreitam-se os laços de companheirismo entre os pequenos produtores.



(Gráfico 9: Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96)

Conclusões

Podemos concluir que é de grande importância investir no produtor familiar de forma que ele possa garantir a sua família condições dignas de sobrevivência. É necessário fornecer suporte técnico, crédito torna-lo capaz de caminhar sozinho não vendo no Estado um auxílio constante. Contudo antes de o pequeno produtor se ver livre da necessidade constante de auxílio é preciso fornecer a esse produtor os meios para que ele possa produzir e manter-se na sua propriedade, isso aumenta a produção e a qualidade dos produtos, gerando um aumento na oferta de emprego e aumentando os índices sociais dessa população.

Como uma tendência mais recente, nascida no âmbito dos processos da revolução verde, a pluriatividade surge como uma alternativa, nas regiões estudadas, ao produtor pequeno e médio para complementar a renda, ou mesmo para assegurar uma renda capaz de atender às necessidades de sua família. No caso dos grandes produtores, a pluriatividade funciona também como uma fonte adicional de renda e gera postos de trabalho que capazes de absorver mão-de-obra com níveis diferenciados de qualificação, auxiliando inclusive na renda de pequenos produtores, ao empregar membros de suas famílias. Outro aspecto que fica claro, é que a pluriatividade envolvendo atividades não

agropecuárias, não desfaz a construção ideológica de ambiente rural, uma vez que pode ser integrada a essa visão de rural. Exemplos disso são os hotéis fazenda, pousadas, lojas de artesanato com produtos referentes à cultura local e restaurantes de comida típica, entre outros. Se não afeta o ideológico, a pluriatividade, muito menos prejudica a produção agropecuária. O exemplo da propriedade Fazenda Penalva confirma que atividades agropecuárias e não agropecuárias podem coexistir nas propriedades de forma integrada e altamente produtiva.

De uma forma geral Carandaí demonstrou a lavoura mais moderna e dinâmica, enquanto Lima Duarte demonstrou maior modernização na produção da pecuária. Mas, mesmo assim, a produção da pecuária leiteira de Lima Duarte não tem o mesmo alcance da produção da olericultura de Carandaí, essa sim, alcançando os mercados consumidores de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Contudo, depois de processado nas indústrias de laticínios, o leite de Lima Duarte, agora na forma de seus derivados chega a mercados mais distantes, incluindo Belo Horizonte e Rio de Janeiro, assim como a produção da lavoura de Carandaí. Em Lima Duarte os pequenos produtores, que não estão integrados às indústrias de laticínios, utilizam os próprios recursos para armazenar, processar e distribuir sua produção, valendo-se de produção artesanal de queijos, caminhonetes para transporte e comercialização no meio rural e urbano das redondezas. Num processo que, como o citado acima, também pode ser considerado uma alternativa aos padrões locais, pequenos produtores de Carandaí realizam a troca de dias, evitando o desperdício de capital com a contratação de mão-de-obra temporária e estreitando seus laços, no sentido de desenvolver uma ideologia de cooperação mútua, uma vez que, esses mesmos produtores afirmaram não haver cooperativas na região e que a associação está falida, ou é inativa.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, em Lima Duarte, apenas os grandes produtores demonstravam possuir projetos para minimizar os impactos ambientais, como tratamento de dejetos da suinocultura. Os produtores menores, vezes por falta de assistência técnica, vezes por falta de capital, não possuíam métodos realmente efetivos de redução de impactos ambientais, embora afirmassem fazer o possível e demonstrassem um grau relevante de consciência quanto ao impacto de suas atividades ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

MINATTO, M. J., CORREA, K. W. *A importância da produção familiar e a modernização tecnológica da agricultura: O Caso de Turvo-SC*, In: Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional, (orgs) MENEZES, C.V.A., SANTOS, F. A., PINTO, S. S. J., DINIZ, F. J. e ANTONELLO, T. I. , 2003.

PESSOA, S. V. *Alternativas Econômicas para a Agricultura Familiar: uma reflexão sobre as "novas" atividades (agrícolas e não agrícolas)*, In: Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional, (orgs) MENEZES, C.V.A., SANTOS, F. A. PINTO, S. S. J. DINIZ, F. J. e ANTONELLO, T. I. , 2003.

BEZZI, L. M., MIORIM, F. V. e BITTENCOURT, R. . *Caracterização do mercado para produtos "in natura" e transformados da agricultura familiar da região do médio Alto Uruguais – RS: resultados preliminares*, In:

Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional, (orgs) MENEZES, C.V.A., SANTOS, F. A., PINTO, S.S.J., DINIZ, F. J. e ANTONELLO, T. I. , 2003.

BEZZI, L. M., MIORIM, F. V. e BITTENCOURT, R. *Estudos para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região centro – oeste do Rio Grande do Sul*, In: Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional, (orgs) MENEZES, C.V.A., SANTOS, F. A, PINTO, S.S.J., DINIZ, F. J. e ANTONELLO, T. I., 2003.

CASTRO, I., MIRANDA, M e EGLER, C. (orgs). 1999. Novas Tendências do Agribusiness Internacional *in*: Redescobrindo o Brasil 500 Anos Depois. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil.

CORRÊA, R. L. 2001. A organização do espaço brasileiro *in*: Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro, Brasil. Ed. Bertrand.

DINIZ, J.A.F. 1984. Agricultura e Geografia Agrária *in*: Geografia da Agricultura. São Paulo. Ed. DIFEL.

GOODMAN, D., B. SORJ e J. WILKINSON. 1987. Estruturas sociais rurais *in*: Das Lavouras à Biotecnologia. São Paulo.

GRAZIANO NETO, F. 1986. A Crítica Ecológica da Agricultura Moderna *in*: A Questão Agrária e Ecologia. São Paulo. Ed. Brasiliense.

IBGE. Censo Agropecuário de Minas Gerais (1970, 1995/96).

IBGE. Censo Econômico de Minas Gerais (1950).

MAGNAGO, A. 1995. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Geografia. Vol 57, nº 4.

ROMEIRO, A. R. 1992. Meio ambiente e modernização agrícola *in*: Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura. São Paulo. Fapesp/AnnaBlume.

TUBALDINI, Maria A. S. Gestão do Território e Alternativas para a Produção Agrícola Familiar *in*: Redescobrindo o Brasil.

VALVERDE, Orlando. 1958. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais *in* Revista Brasileira de Geografia – Ano XX. São Paulo, Brasil. pp. 3 a 82.

WEIBEL, Leo. 1979. O Sistema da Geografia Agrária *in*: Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro. IBGE.